



**DEPARTAMENTO DA ÁREA DE SERVIÇOS
CURSO DE BACHARELADO EM TURISMO**

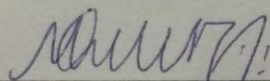
MICHELE MESSIAS

**ACESSIBILIDADE NO TURISMO: Museu Morro Da Caixa D Água
Velha**

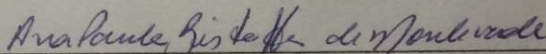
**CUIABÁ-MT
2018**

FOLHA DE APROVAÇÃO**ACESSIBILIDADE NO TURISMO: MUSEU MORRO DA CAIXA D'AGUA VELHA**

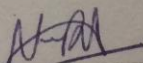
Artigo apresentado ao Curso de Bacharelado em Turismo do Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Cuiabá - como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Turismo.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Noel Alves Constantino
(Orientador – IFMT)



Profa. Dra. Ana Paula Bistaffa de Monlevade
(Examinadora Interna – IFMT)



Profa. Ma. Natália Rosseto da Silva Melo
(Examinadora Interna - IFMT)

Data: 13/12/2018

Resultado:

Aprovada

ACESSIBILIDADE NO TURISMO: Museu Morro Da Caixa D Água Velha

MESSIAS, Michele¹
CONSTANTINO, Noel Alves²

RESUMO

O presente estudo tem como base fazer o levantamento da inclusão social para os portadores de necessidades especiais no Museu do Morro da caixa d'água Velha, para buscar solução para tal problema e incrementar a acessibilidade dos visitantes no local estudado. O objetivo é aderir às condições de estrutura física, proporcionando que essas pessoas com dificuldades se sintam acolhidas e bem à vontade para o seu passeio, trabalhando e buscando a melhoria para inclusão. E assim tendo em mãos as informações precisas e suprimindo as nossas expectativas de como dar andamento com os estudos necessários e realizar o projeto buscando inclusão social aos deficientes.

Palavras-chave: Turismo. Acessibilidade. Inclusão Social. Museu do Morro da Caixa d'água.

RESUMEN

El presente estudio tiene como base hacer el levantamiento de la inclusión social para los portadores de necesidades especiales en el Museo del Morro de la caja de agua Vieja, siendo así buscar solución para tal problema es incrementar la accesibilidad de los visitantes en el local estudiado. Objetivo del mismo y adherirse a las condiciones de estructura física, proporcionando que esas personas con dificultades se sienten acogidas y bien a la voluntad para su paseo, trabajando y buscando la mejora para la inclusión. Y así teniendo en manos la información precisa y supliendo nuestras expectativas de cómo dar marcha con los estudios necesarios y realizar el proyecto buscando inclusión social a los discapacitados.

Palabras clave: Turismo. Accesibilidad. Inclusión Social. Museo del Morro de la Caja de agua.

¹ Graduando (a) do Curso de Bacharelado em Turismo do Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Cuiabá. Michele22messias@gmail.com

² Professor Orientador. Doutor em Educação e Docente do Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Cuiabá do Curso de Bacharelado em Turismo. noel.constantino@cba.ifmt.edu.br

INTRODUÇÃO

Vive-se em uma época bem visionária e com a modernidade do turismo em evidência, onde se busca a melhoria de locais acessíveis, em que os turistas se sintam acolhidos sem se preocuparem com suas dificuldades. Desde que tenham bons profissionais e locais adequados para que os visitantes se sintam amparados e com segurança.

E onde entra a inclusão social no turismo? Quando se fala em Turismo; coloca-se em consideração a atividade para todos inclusive para aquelas pessoas que tem necessidades especiais. Mesmo que essas pessoas possuam suas dificuldades elas precisam se sentir incluídas com capacidade de explorar as coisas boas da vida.

Dessa forma, buscou-se o problema dessa pesquisa. De acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o Brasil possui 45.623,910 de pessoas com pelo menos uma das seguintes deficiências, em diferentes graus de dificuldade: deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência motora e deficiência mental/intelectual. Ou seja, quase 28,9 % da população brasileira.

Diante disso, o presente artigo tem como problema de pesquisa: o que poderia ser realizado em estrutura e serviço, para inclusão de pessoas com deficiência no Museu do Morro da caixa d'água?

Este trabalho justifica-se, pois, o turismo além de lazer para a comunidade tem uma grande importância para o mercado ao gerar emprego e renda, e nesse contexto se destaca pela sua função social na localidade em que se insere.

Abordar esse tema é necessário, visto que os dados estatísticos existentes mostram dificuldades para adequações dos ambientes públicos e privados para uma melhor acessibilidade. Esse assunto está mais disseminado na contemporaneidade, fazendo com que se possa ter uma visão de igualdade a todos, trazendo mobilidade e segurança também as pessoas que necessitam de independência de locomoção.

O objetivo da pesquisa visa à inclusão social e acessibilidade no turismo no Museu do Morro da caixa d'água Velha, quais seriam as dificuldades enfrentadas na acessibilidade do local e apontar possíveis adequações para o público em geral, seu valor de atratividade, gerando assim um fluxo de novos visitantes.

O objetivo geral é avaliar as condições reais de acessibilidade para os visitantes do atrativo turístico Museu do Morro da caixa d'água Velha. Os objetivos específicos foram identificar a estrutura física do local para a acessibilidade de pessoas com deficiências e mobilidade reduzida existente no Museu, e apontar possíveis melhorias para acessibilidade e mobilidade do atrativo turístico.

Na pesquisa em tela utilizou-se a metodologia da pesquisa de natureza descritiva.

Que têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. Serão inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas estão na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados e a observação sistêmica (GIL, 2002, p. 50).

A metodologia aplicada foi qualitativa e de cunho social, realizada através de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema e um levantamento de dados em campo, com observação direta da área, entrevistas e conversas informais, a pesquisa qualitativa foi adotada para o presente estudo para que possamos avaliar a qualidade do serviço prestado pelo estabelecimento, e observar se o museu possui estrutura padronizada e serviços adequados para as pessoas com deficiência, de acordo com as normas da ABNT.

1 TURISMO

Para muitos o turismo, retrata logo o lazer, o passeio e a diversão, porém, o turismo é muito mais do que isso, e pode ser considerado em vários segmentos turísticos.

Segundo a Organização Mundial de Turismo - OMT (2003), o turismo engloba as atividades das pessoas que viajam e permanecem em lugares fora de seu ambiente usual durante não mais do que um ano consecutivo, por prazer, negócios ou outros fins. Ainda existem muitas discussões a respeito da escolha de um conceito que seja mais adequado para a definição dessa atividade.

Porém, pode-se classificar o turismo de duas formas: a primeira através do que é oferecido no local e a segunda através do que o turista busca e quer contribuir. Assim, entendemos que essa classificação se refere à oferta e a demanda.

De acordo com Dumazedier (1994, p. 38), “O turismo é um fenômeno histórico sem precedentes, na sua extensão e no seu sentido, é uma das invenções mais espetaculares do lazer da sociedade moderna”.

Normalmente, ao montar pacotes turísticos para um público, as agências trazem para este pacote o que é oferecido naquele local e àquilo que oferta está mais de acordo com o perfil do seu cliente, ou seja, a demanda turística. Sendo assim, o desafio dos destinos são adequar a oferta turística ampliando-a e atrair cada vez mais diferentes demandas ao mesmo.

Diante o exposto destaca-se mais uma definição para o que é o Turismo:

Quando pensamos em turismo, o que nos vem à mente, em primeiro lugar, são pessoas que se deslocam para passear, ver amigos ou parentes, tirar férias e divertir-se. Elas podem usar seu tempo de lazer praticando esportes, tomando banho de sol, conversando, cantando, caminhando, passeando, lendo ou simplesmente aproveitando o ambiente (GOELDNER; RITCHIE; McINTOSH, 2002, p. 23).

Assim, o organizador busca reunir atividades adequadas aos interesses do grupo, que não necessariamente fazem parte das atividades aproveitadas pela maioria da população. Para fixar mais, podemos pensar em um exemplo mais concreto. Imagine uma cidade famosa pelos esportes radicais em contato com a

natureza, Um pacote turístico ao público em geral (focado na oferta) incluiria trilhas e escaladas.

Seguindo essa linha de raciocínio temos uma variável segmentação de turismo, e podemos abordar classificando-os, são eles: Turismo social, Ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural, turismo de estudos e intercâmbio, turismo de saúde, turismo de esporte, turismo de negócios e eventos e turismo de sol e praia. Esses são alguns dos segmentos turísticos que podemos classificar e existem vários outros segmentos não citados, e com o passar do tempo vem surgindo novas atividades turísticas e entrando novas linhas de turismo trazendo outros segmentos para o mercado.

2 ACESSIBILIDADE

Esse assunto era pouco falado, mas com o passar dos anos tem buscado melhorias e direito de equidade, necessariamente quando falamos de acessibilidade lembremo-nos das pessoas com deficiência, mas podemos dizer que isso está mudando. Pois hoje conseguimos estabelecer que acessibilidade fosse para todos.

O termo acessibilidade começou a ser utilizado recentemente, surgindo dos serviços de reabilitação física e profissional principalmente no período pós-guerra. Na década de 1980, motivados pela pressão do Ano Internacional das Pessoas Deficientes em 1981, grupos de deficientes desenvolveram campanhas mundiais para alertar a sociedade a respeito das barreiras arquitetônicas e exigir não apenas a eliminação pelo desenho adaptável, como a não inserção de barreiras já nos projetos arquitetônicos no desenho universal ou acessível. Nesse último, os projetos devem ser desenhados para todos e, portanto, não apenas para a pessoa deficiente (SASSAKI, 2005, p. 48).

Acessibilidade é uma condição que melhora a qualidade de vida das pessoas, e que deve estar presente, independente das condições físicas, nos meios físicos, técnicos ou dispositivos utilizados. Que precisa estar presente em todos os lugares de acesso as pessoas e de utilização pública, nos espaços, transportes, meio-físico, informação e comunicação.

Na grande maioria dos casos podemos contar com as aquisições governamentais e políticas públicas, para adequação de ambientes na infraestrutura, fazendo com que os programas facilitem a forma de pensar ao direito da cidadania.

Porém observa-se que muita a se fazer no Brasil. E mesmo com algumas tentativas do poder público em garantir o desenvolvimento do desenho universal, apresentado no Decreto a seguir:

Art. 8º Para fins de acessibilidade considera-se:

I - acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa que possui deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de se comunicarem ou terem acesso à informação.

[...]

IX - desenho universal: concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade. (BRASIL, DECRETO Nº 5296/2004)

O que se nota é que a acessibilidade tem sido tema de numerosos trabalhos e objeto de pesquisas nos últimos anos, com distintas abordagens, abordando-se a deficiência como fator condicionado pelas características dos ambientes, leva-se em conta, assim, que as dificuldades das pessoas com deficiência também podem modificar sua relação com os espaços de cultura e lazer que desejam frequentar.

A NBR 9050 de 2004 (p. 97) assim define a acessibilidade:

“É a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.”

Contudo as oportunidades da cidadania para todos com espaços acessíveis incluindo-as em várias atividades de bem estar, e na acessibilidade precisa-se percorrer, ver, ouvir, sentir e tocar. Trabalhar um tema extremamente relevante na atualidade.

2.1 ESTRUTURA FÍSICA DETERMINADAS PELA ABNT 9050

Conforme o levantamento de dados do estudo foi constatado que a estrutura física de um estabelecimento precisa estar de acordo com a ABNT 9050, regulamentada com adequações e normas da Lei Federal que proporciona prioridade as pessoas com mobilidade reduzida. Segue abaixo requisitos obrigatórios para melhor atender o visitante.

- Sinalização;
- Piso Tátil;
- Rampas;
- Braille;
- Escadas;
- Portas;
- Banheiro acessível;
- Estacionamento;

2.1.1 Sinalização

A sinalização deve contemplar um conjunto de informações destinadas à orientação do visitante, permitindo-lhe tomar decisões acerca do seu percurso nas sucessivas situações pontuais com as quais se defronte. A sinalização de acessibilidade é feita através do uso do Símbolo Internacional de Acesso (SIA), conforme a figura abaixo (Figura 1):

FIGURA 1: SÍMBOLO INTERNACIONAL DE ACESSO



Fonte: NBR 9050, 2004.

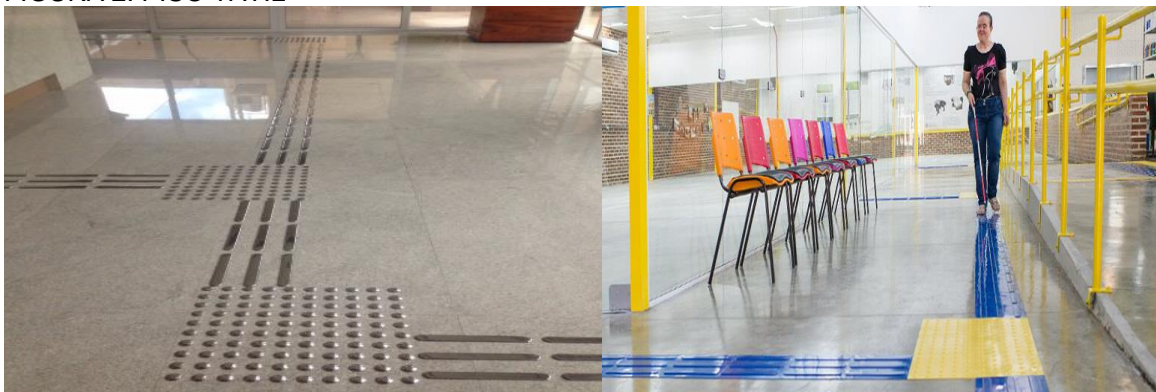
Seguindo as regras padrões de sinalização, o símbolo deverá ser anexado em local visível aos visitantes para pessoas com deficiência em:

- portas/entradas;
- estacionamento com vagas e áreas reservadas para veículos;
- áreas de embarque e desembarque;
- banheiros
- áreas reservadas para cadeirantes;

2.1.2 Piso tátil

- a) Função identificação de perigos (sinalização tátil alerta): informar sobre a existência de desníveis ou outras situações de risco permanente;
- b) Função condução (sinalização tátil direcional): orientar o sentido do deslocamento seguro;
- c) Função mudança de direção (sinalização tátil alerta): informar as mudanças de direção ou opções de percursos;
- d) Função marcação de atividade (sinalização tátil direcional ou alerta): orientar o posicionamento adequado para o uso de equipamentos ou serviços.

FIGURA 2: PISO TÁTIL



Fonte: <http://projemak.com.br/acessibilidade-e-piso-tatil>

O piso tem a importância de auxiliar as pessoas com deficiência visual, idosos e crianças, essas faixas em alto-relevo que são colocadas no chão do estabelecimento. O piso tátil tem uma composição de peças que proporcionam a caminhada em segurança e com autonomia, e precisa ser colocado em todo acesso percorrido pelas pessoas, como escritórios, escadas, catracas, banheiros e em portas de elevadores e etc...

2.1.3 Rampas

FIGURA 3: RAMPA EXTERNA



Fonte: <https://blog.mosaicosamazonas.com.br/piso-tatil-rampa-de-acessibilidade/>

Serve-se para os desníveis entre a rua e a calçada, as rampas previstas deverão conter inclinação adequada nunca excedente a 8,33%. Suas abas laterais devem ter uma inclinação máxima de 10%, medindo horizontalmente no mínimo 0,50m. A interseção entre o fim da rampa com a rua não poderá apresentar nenhum desnível, mas, quando este existir, nunca deverá ultrapassar 1,5cm. As rampas localizadas em lados opostos de uma via devem estar sempre alinhadas. Além disso, devem apresentar sinalização tátil de alerta para guiar os passos e percursos de uma pessoa cega pelo meio-fio.

As rampas sempre deverão garantir uma faixa livre no passeio de no mínimo 0,80m, sendo 1,20m a medida ideal. Na impossibilidade ou na inexistência de espaço suficiente para colocar a rampa e a faixa livre, a calçada precisará ser rebaixada no sentido longitudinal, de modo a criar duas rampas distantes 1,50m uma da outra, originando um patamar no nível da rua.

FIGURA 4: RAMPA INTERNA



Fonte: <https://blog.mosaicosamazonas.com.br/piso-tatil-rampa-de-acessibilidade/>

As rampas devem apresentar inclinação adequada e calculada, é preciso prever patamares no início e no fim da rampa, sempre que ela mudar de direção e, em alguns casos, entre seus segmentos, tendo esta largura mínima de 1,20m, e recomendável de 1,50m. Os corrimãos, em duas alturas, devem ser contínuos, sem interrupções nos patamares, e instalados dos dois lados das rampas, observando-se sempre os acabamentos curvos nas extremidades. Os guarda-corpos, quando necessários, precisam ser acoplados ao corrimão.

Quando não houver paredes, deve-se colocar guias de balizamento com altura mínima de 5cm. Quando for necessária uma rampa para vencer um desnível, ela deve seguir os limites estabelecidos pela NBR 9050/2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT),

2.1.4 Braille

FIGURA 5: BRAILLE



Fonte: <http://deficienciavisualsp.blogspot.com>

O sistema braile é uma escrita tátil utilizada por deficientes visuais e pessoas com baixa visão. Desenvolvida no século XIX por Louis Braille, este sistema abrange não apenas alfabeto e elementos de escrita, mas também formas de comunicação visual, como ilustrações e gráficos. O braile tem função essencial na inclusão de deficientes visuais na sociedade e apesar de seu uso ter diminuído devido ao surgimento de aplicativos de voz e leitores de tela, ainda é muito importante na alfabetização de crianças cegas e com visão reduzida.

2.1.5 Escadas

FIGURA 6: ESCADA



Fonte: <https://blog.mosaicosamazonas.com.br/piso-tatil-escada-de-acessibilidade/>

Escadas devem seguir a sinalização padrão, com piso tátil no começo e no fim da escada, com barras laterais chamada de corrimão para que a pessoa que irá usá-la ter uma segurança e facilidade.

2.1.6 Porta e Entrada

FIGURA 7: PORTA E ENTRADA



Fonte: <https://blog.mosaicosamazonas.com.br/piso-tatil-escada-de-acessibilidade/>

A largura mínima de portas de entrada é de 1,40m, para locais que podem receber mais de cem pessoas. Uma das aberturas deve possuir uma largura mínima de 0,80m (é preferível de 0,90m). Para portas em locais que recebem menos de cem pessoas, a largura mínima deve ser de 0,90m. Para locais inferiores a 30 metros quadrados, a largura mínima da porta é de 0,80m (é preferível de 0,90m).

A abertura de portas não deve demandar grandes esforços. Os sistemas de abertura automática podem constituir uma solução interessante. Portas de vidro devem ser evitadas ou ao menos sinalizadas.

A utilização de contrastes entre a fachada e o enquadramento da porta, entre o enquadramento e a porta, a porta e a maçaneta, reforçam a identificação da entrada.

2.1.7 Banheiro acessível

FIGURA 8: BANHEIRO ACESSÍVEL



Fonte: <http://sobreacessibilidade.blogspot.com/2016/10/banheiro-acessivel-de-verdade.html>

O banheiro é uma das áreas internas de museus que merecem maior atenção, devido às barreiras e perigos que podem se apresentar às pessoas com deficiência física.

Para torná-lo acessível, devem-se observar as instruções para uso e adequação de cada peça. Além disso, é essencial prever área de transferência ou aproximação para usuários de cadeira de rodas (dimensões mínimas 0,80m x 1,20m) e barras de apoio e transferência, devidamente posicionados, seguros e de acordo com as necessidades de seus usuários.

Os sanitários devem ser acessíveis por meio de uma rota livre de qualquer obstáculo fixo ou móvel.

2.1.8 Estacionamento

FIGURA: 9 ESTACIONAMENTO



Fonte: <http://pessoascomdeficiencia.com.br/site/2016/01/05/>

Em todos os estacionamentos de museus, deverão ser previstas vagas especiais destinadas às pessoas com deficiência, em localização próxima de rampas ou rebaixamentos de calçadas, assim como da entrada principal dos edifícios. A superfície desses locais precisa possuir pavimentação adequada, sempre estável e nivelada, livre de quaisquer obstáculos e protegida da circulação normal. As vagas devem estar devidamente sinalizadas, tanto no piso quanto por meio de sinalização vertical, com placas contendo o símbolo internacional de acessibilidade.

3 ACESSIBILIDADE NO TURISMO

A relação entre turismo e a Acessibilidade para todos refere-se à importância e busca pela atividade turística que vem crescendo a cada ano, o que se pode observar é que o consumidor com alguma deficiência/limitação ainda encontra muitas barreiras no meio do caminho para serem superadas. O turismo pode proporcionar inúmeros benefícios, tanto para as destinações quanto para as pessoas que o praticam, ainda há muito há se fazer para conciliar essa dificuldade provocada pelo descaso, nos destinos turísticos Brasileiros.

Destaca-se para um bom desenvolvimento da atividade turística com equilíbrio, existe um conjunto composto por cinco elementos: atrativo, infraestrutura, serviços, comunidade e turista (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2009). No papel existem inúmeras leis, decretos e projetos para a acessibilidade e inclusão social,

mas na realidade observamos que não são ações praticadas na maioria dos casos, e que devemos lutar por esse direito, constata-se que as próprias pessoas com deficiência não possuem algum conhecimento sobre tais direitos para cobrá-los das instituições responsáveis.

Como o Estatuto do Portador de Deficiência, Art. 6º, que impõe “a garantia de acesso, ingresso e permanência em todos os serviços públicos e privados de que necessite oferecidos à comunidade”. (BRASIL PROJETO DE LEI DO SENADO Nº6. DE 2005). Prever ainda as regulamentações de acesso inclusive ao turismo e Lazer, destacando o último o como forma de promoção social.

E o turismo engloba diversos segmentos que dão plenitude para que a pessoa com deficiência tenha sua independência na realização da atividade turística. Permitir o acesso de diferentes públicos entre eles o com deficiência é um diferencial ao destino turístico, seja no local ou na atividade turística está no mercado atual e seria um público diferenciado. Um manual de acessibilidade para pessoas com de deficiência a empreendimentos e equipamentos turísticos da EMBRATUR apresenta o turismo:

O presente manual preocupa-se em criar parâmetros de acesso ao portador de deficiência não só ao hotel, mas aos locais turísticos em geral, sugerindo adaptações, como rampas, patamares, portas e sinalizações especiais, que garantam a circulação e o acesso, interno e externo, a apartamentos, banheiros, calçadas, travessias, estacionamento e meios de transporte. (BRASIL, EMBRATUR, 2005).

Quando a qualidade dos serviços está elencada pela junção do conjunto dos cinco elementos, são gerados benefícios e sucesso para o mercado, e ó saber explorá-lo. Esse público representa uma parte satisfatória na população e não teria como deixar de inclui-los como membros da comunidade daquele que apreciam a atividade turística seja ela simples ou ainda como consumidor. O que podemos observar é que falta política de aplicação e fiscalização para melhorar a qualidade das leis e normas.

4 INCLUSÃO SOCIAL

A Inclusão Social é oferecer oportunidades de acesso a bens e serviços a todos, onde entramos com o termo de igualdade sem excluir quem quer que seja, sem preconceito racial e social. Sem diferenciar por classe social, educação, idade,

deficiência e gênero. A fim de possibilitar à pessoa com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, trabalhar pela implementação de medidas apropriadas e adequação de acesso, surgindo oportunidade para demais pessoas. Ainda existe muita dificuldade no turismo de inclusão social para pessoas com deficiência,

De acordo com o artigo 6º da Constituição Federal Brasileira, o lazer é um direito social de todos. Existem alguns grupos que, devido a fatores diversos, não podem desfrutar do lazer e para combater esse cenário desigual existe a inclusão social. Que consiste no desenvolvimento de ações que se propõem a oferecer oportunidades para pessoas desfavorecidas, tais ações geralmente estão relacionadas ao nível educacional, classe social, idosos, minorias raciais, e etc.

No quadro 1, podemos conferir algumas das leis e decretos estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT), que contribuem para normatização do estabelecimento com critérios e parâmetros técnicos, que serão abordados no tema.

QUADRO 1: LEIS E DECRETOS

LEIS E DECRETOS	ABORDAGEM
a) Lei 839, de 1857.	Dom Pedro II fundou o “Imperial Instituto dos Surdos-mudos”. Em 1957, passou a denominar-se Instituto Nacional de Educação de Surdos. E assim sendo necessária a inclusão de portadores de deficiência em escolas regulares.
b) Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;
c) Lei nº. 11.126, de 27 de junho de 2005	Dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia;

d) Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005	Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
e) Decreto nº. 5.296, de 02 de dezembro de 2004	Regulamenta a Lei nº 10.048/2000, que dá prioridade e atendimento às pessoas e a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;
f) Decreto nº 5.904, de 21 de setembro de 2006	Regulamenta a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências;
g) Lei Brasileira de Inclusão (EPCD) LEI nº 13.146, de 6 de Julho de 2015. Art. 42.	A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo – lhe garantido o acesso [...].

Fonte: Manual de Orientações, 2006.

Analisa-se que a legislação brasileira em paralelo com a internacional no que se refere aos direitos das pessoas com deficiência, de modo como foco o turismo responsável e acessível, o Brasil evoluiu em suas leis e apresentou grande progresso para inclusão de pessoas com deficiência, no decorrer dos anos houve melhoria os decretos vem trazendo com suas renovações e adequações exclusivas para este público.

Mostra-se que a pessoa com deficiência também pode e deve ter acesso ao lazer e ao turismo, no contexto social, o paradigma da inclusão, a criação de estigmas e a função da acessibilidade. O acesso do cidadão aos bens culturais não se dá de modo natural. Trata-se de conquista, que se faz com lutas e enfrentamentos renovados.

As caracterizações das deficiências seguem o Decreto Federal no 5.296, de dezembro de 2004, como a seguir:

- a)** Deficiência Física - Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzem dificuldades para o desempenho de funções (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).
- b)** Deficiência Auditiva - Perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (41 dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).
- c)** Deficiência Visual - Cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).
- d)** Deficiência Mental - Funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer e trabalho (BRASIL, 2006).
- e)** Deficiência Múltipla - Associação de duas ou mais deficiências.

5 MUSEU MORRO DA CAIXA D'ÁGUA VELHA

FIGURA 10: MUSEU FACHADA DO MUSEU



Fonte: <http://roteiroturisticosdematogrosso.blogspot.com>

Construído no século XIX, na gestão do coronel José Maria de Alencastro, presidente da Província de Mato Grosso, o Museu Morro da Caixa D'Água foi durante 142 anos o único reservatório de água de Cuiabá. As caixas d'água submersas, formadas por duas galerias, recebiam água direto do Rio Cuiabá e por gravidade distribuíam para as bicas espalhadas em diferentes pontos da cidade. De estilo romano, com pedras canga e cristal e argamassa de areia lavada com cal virgem (na época ainda não existia cimento), o depósito tinha capacidade para armazenar um milhão de litros de água.

FIGURA 11: ACERVO DO MUSEU



Fonte: Autora, 2018.

Em 2007 a Prefeitura de Cuiabá revitalizou o reservatório, transformando o local em um belíssimo museu, voltado não só para a preservação e memória, mas, também, para a educação, cultura, turismo e lazer. O museu conta com acervo permanente de objetos que compuseram sua própria história, como tubos de ferro fundido e registros usados no controle da distribuição de água. A estrutura interna conta com três vãos de 13 metros de largura, cada um com 45 metros de comprimento. Ali está localizado o museu, que é todo revestido em barro socado com tijolinhos. Na parte superior existe um espaço de contemplação, com um deck de madeira contornando uma grande ximbuva (árvore de quase 80 anos usada pelos ribeirinhos para a produção de viola de cocho) de nome científico *Enterolobium contortisiliquum*, conhecida como nomes populares de Tamboril, árvore-das-patacas, chimbó entre outros. A arquitetura externa também conta com espelho d'água que se encontra com uma grande queda d'água de 7 metros de altura por quase 18 de comprimento.

FIGURA 12: ACERVO E ESPOSIÇÃO



Fonte: <http://roteirosturisticosdematogrosso.blogspot.com>

O projeto de adequação do Museu do Morro da Caixa d'Água Velha é resultado de um trabalho conjunto entre a o Instituto de Pesquisa de Desenvolvimento Urbano (IPDU), a Companhia de Saneamento da Capital (SANECAP) e Instituições Públicas Municipal, Estadual e Federal. O embasamento histórico do projeto de revitalização advém da dissertação de mestrado em História: “Água: Gota da Vida – Uso e Abastecimento no espaço urbano de Cuiabá” da historiadora e jornalista Neila Maria Souza Barreto, realizado em 2005.

6.2 UNIDADE DE ANÁLISE

Para esse estudo, foi escolhido um dos locais que fomenta o turismo e lazer na cidade de Cuiabá, visando qual seria a sua participação para a mobilidade do cidadão que possui condições restritas de locomoção a pessoa com deficiência que conforme as leis têm o direito de ir e vir nas localidades públicas e privadas.

O Museu do Morro da Caixa D'água Velha que é localizado no centro de Cuiabá, e funciona regularmente como Museu desde 2007, voltado não só para a preservação e memória, mas, também, para a educação, cultura, turismo e lazer. O principal serviço oferecido é a mostra permanente de objetos que compuseram sua própria história, como tubos de ferro fundido e registros usados no controle da distribuição de água. É com o passar dos anos o Museu aderiu amostras de artes como (pinturas e esculturas) de artistas regionais, essa ação veio para agregar ainda mais valor ao Museu e fazendo com que o público tenha ainda mais opções de ampliar as artes.

A visitação ao museu não é guiada, o mesmo não possui guias e sim atendentes recepcionistas, e o visitante se locomove sozinho apreciando as obras e os objetos ali expostos, o local não possui público específico, portanto seus visitantes são diversificados quanto à classe social, faixa etária e origem.

Para o levantamento da pesquisa, houve colaboração dos gestores em participar da entrevista e em permitir que fossem coletados os dados referentes à estrutura.

6.3 COLETA DE DADOS

Para realização desse estudo foram necessárias duas etapas, uma bibliográfica e outra de campo. De acordo com Marconi e Lakatos (2017, p. 180), “a coleta de dados é a etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de efetuar a coleta dos dados previstos”.

No início a pretensão seria de entrevistar o público de pessoas com deficiências (PCD's), porém o tempo era curto e a falta de encontrar os mesmos no local dificultou essa parte da pesquisa. Para Marconi e Lakatos (2017, p. 200), “a

pesquisa bibliográfica, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias e etc...” Na etapa bibliográfica procura-se ser mais objetiva e busquei as leis e decretos e autores que defendiam essa causa.

Então segue para a pesquisa de campo, realizando uma visita técnica para o levantamento de dados, usou-se a metodologia de observação participante, onde o mesmo analisou o serviço e o produto oferecidos sob um olhar crítico, levando em consideração as limitações das pessoas com deficiência. E também verificou com base nos padrões da ABNT NBR 9050:2004, se a estrutura física estava de acordo com as medidas correspondentes à acessibilidade.

7 ACESSIBILIDADE DO MUSEU

O museu atualmente no local funciona um museu, que além de exibir os artefatos e contar a história do abastecimento de água na cidade de Cuiabá, também recebe amostras e exposições de arte de variados artistas cuiabanos ou de outras cidades. O local é interessante e vale a pena conferir.

A Lei nº 10.098, responsável pelo estabelecimento de normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas com deficiência, define acessibilidade em seu artigo 2º como:

I – acessibilidade: posição e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida.

Em entrevista com um funcionário, foi perguntado se o gestor já havia atendido diretamente ou se já presenciou o atendimento a alguma pessoa com deficiência. Somente cadeirantes já visitam o local, outras pessoas com necessidade não há registro, é pelo fato de não haver casos de pessoas com deficiências ainda há uma barreira da parte da administração do Museu para adequação do local, que possa receber esse público.

Porém, ainda não elaborado de acordo com as Normas, e por falta de recurso, o que pôde ser buscado é que ainda falta preparo dos profissionais do museu. Pergunta-se houve algum tipo de treinamento para os profissionais que trabalham no local. É a resposta foi negativa, não consta nenhum funcionário que

saiba falar língua de sinais – LIBRAS, ou que possui algum conhecimento específico para atender alguma pessoa que tenha necessidades especiais.

Quanto à estrutura do local, foi constatado que ainda falta adequação para ser um estabelecimento acessível, mais especificamente para pessoas com deficiência. Levando em consideração o espaço de circulação interna, banheiros, placas de sinalizações, portas/entrada e rampas.

- Circulação interna: encontra – se espaço para trafegar no interior do ambiente, com certas restrições e cuidado de mobilidade para com o acervo e os objetos em exposição.

Para identificação dos objetos e acervo, não possuem identificação em Braille para os deficientes visuais, e no chão não consta sinalização de piso tátil que ajuda na condução das pessoas no percurso dentro do Museu.

Averiguado que os colaboradores que trabalham no atendimento do local, não possuem o conhecimento da língua de sinais – LIBRAS, para melhor atender um deficiente auditivo ao visitar o estabelecimento.

No interior do Museu não possui banheiro, o mesmo fica localizado na parte externa do local, o que dificulta o acesso até ele. Pois o mesmo fica em uma parte alta do atrativo.

FIGURA 13: PARTE INTERNA



Fonte: A Autora, 2018.

- Circulação externa: Uma das dificuldades encontradas no local é o banheiro, o mesmo como citado acima fica na parte externa de difícil acesso, pois onde se localiza é uma parte alta, as rampas até ele são longas e altas, as escadas que dão acesso não é adequado o suficiente para idosos e deficientes visuais. O banheiro para cadeirante possui pouco espaço, barras de apoio e transferências inadequadas não segue as Normas da ABNT.

FIGURA 14: BANHEIROS



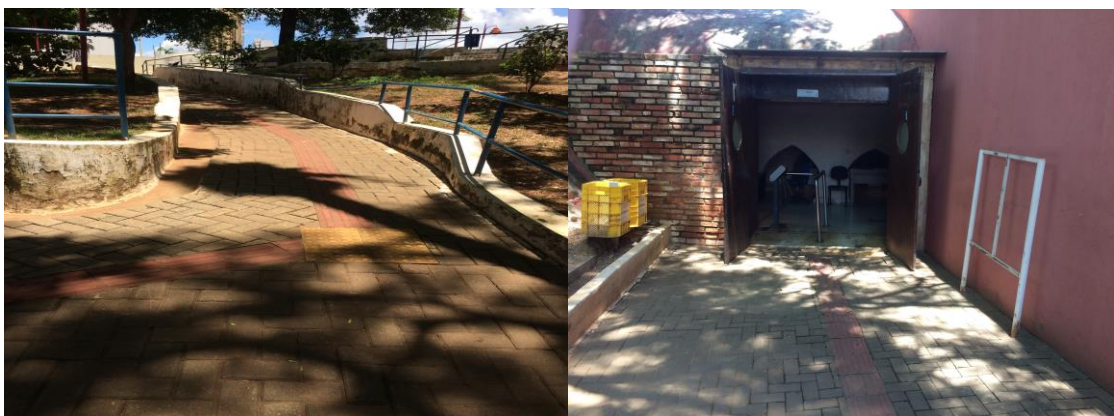
Fonte: A Autora, 2018.

O museu não tem estacionamento próprio, o que dificulta para o visitante.

Entrada com espaço suficiente para a mobilidade do cadeirante com sinalização de acesso apropriável.

As rampas de acesso até a entrada são rampas altas, com o padrão físico não apropriado para o cadeirante, pois corre o risco de voltar à cadeira para trás se não estiver com alguém que possa ajudá-lo a subir as rampas, contém as barras laterais e sinalização adequada com piso tátil.

FIGURA:15 RAMPA E ENTRADA



Fonte: Autora, 2018.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a visita técnica e o levantamento de resultados, com a intenção de atender à legislação vigente e permitir a interação de todas as pessoas com o meio físico do museu, nesse trecho do estudo já podemos observar que o local não corresponde às normas da ABNT NBR 9050:2004. Seguindo a linha de raciocínio de

acordo com os dados coletados e todas as informações sobre a acessibilidade, o estabelecimento tem totais condições de adequações para pessoas com necessidades especiais.

Porém, pela entrevista com os funcionários do local, ainda não existe um plano de manejo para que possa ser realizada essa adequação de acesso no museu, para que exista esse planejamento precisa-se que a administração do Museu se empenhe em abordar esse assunto para a secretária e os órgãos do estado, e os mesmos atribuírem essa atualidade para o estabelecimento.

A qualificação dos funcionários seria essencial para melhor contribuir no atendimento a este turista, com planejamento estratégico de conceitos e conhecimento rentabilizava o trabalho exclusivo as pessoas que possuem deficiências.

É a busca pela melhoria da estrutura física padronizada pela as Normas da ABNT, que proporciona o direito humano para essas pessoas com necessidades especiais. Sendo assim, por LEI qualquer estabelecimento que atende ao público seja ele gestão privada ou gestão pública, deve-se estabelecer o padrão pedido pela Constituição Federal Brasileira, que proporciona a locomoção daqueles que possui mobilidade reduzida. É o turismo contribui para o lazer que é um direito social de todos.

A administração do Museu é responsável pela normatização de critérios e parâmetros técnicos que visam proporcionar a utilização do ambiente, de maneira segura e autônoma, para a maior quantidade possível de pessoas, independentemente de limitação de mobilidade ou percepção.

Vendo que se precisa de reparações para que o Museu seja adequado para esse público, e com total potencial de incrementarão para acrescentar o turismo em nossa região e proporcionar o lazer e cultura a todos com a mesma visão de equidade.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Disponível em: < <http://www.abnt.org.br/> > Acesso em 09 julho 2018.

Acessibilidade. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/acessibilidade-0>>Acesso em 27 maio 2018.

Acessibilidade. Disponível em: <http://sobreacessibilidade.blogspot.com/2016/10/banheiro-acessivel-de-verdade.html> Acesso em : 30 novembro 2018.

BRASIL. **Decreto nº 6.949. Inclusão de Pessoas com deficiência**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.html>. Acesso em: 10 outubro 2018.

GOLDNER, C. R.; RITCHIE, J. R. B.; MCINTOSH, R. R. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. 8ª edição, Porto Alegre: Bookman, 2002.

<http://www.brasil.gov.br> >acesso em 12 julho 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE cidades**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> > Acesso em 20 junho 2018.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Metodologia. Disponível em: https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf >acesso em 14 julho 2018.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Marcos Conceituais – MTur**. Disponível em:http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/14manuais.html > Acesso em 19 junho 2018.

Museu morro da caixa água. **Historia do local**. Disponível em: < <http://roteirosturisticosdematogrosso.blogspot.com> > acesso em 28 maio 2018.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Profissional na Inclusão no Lazer e Turismo**. Disponível em: < <http://turismoparadeficientes.zip.net/> > Acesso em: 9 Setembro 2018.

BRASIL. **Decreto nº 6.949. Inclusão de Pessoas com deficiência**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.html>.
Acesso em: 10 outubro 2018.

NBR 9050/2004. ABNT. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

<http://sobreacessibilidade.blogspot.com/2016/10/banheiro-acessivel-de-verdade.html>
Acesso em : 30 novembro 2018.

SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA AOS CEGOS (SAC). **O Sistema Braille**. Disponível em: < <http://www.bengalalegal.com/sbraille> > Acesso em: 5 maio 2013.

Turismo acessível. Disponível em: <http://www.turismoacessivel.gov.br/ta/sobre.mtur>
> acesso em 28 maio 2018.